

Formação acadêmica e concepções de acidente e injúria em falantes do português: em busca de contrastes entre a língua cotidiana e línguas especializadas selecionadas

Danilo Blank

Marcelo Zubaran Goldani

Norma Regina Marzola

“A opinião predominante entre a comunidade da saúde pública é que o uso da palavra ‘acidente’ é prejudicial aos esforços para descrever, compreender, analisar e prevenir as complexas interações pessoais-ambientais que levam a injúrias corporais. [...] devido a conotações de sorte, acaso e imprevisibilidade [...] Como resultado, a literatura médica tem cada vez mais substituído a palavra acidente pelo termo ‘injúria’, que é neutro no que diz respeito a causação, intencionalidade e previsibilidade. Se essa mudança pode ter contribuído para o aumento do interesse científico no fenômeno, deixou problemas conceituais e linguísticos substanciais na sua esteira.”

Polly E. Bijur. “What’s in a name? Comments on the use of the terms accident and injury” (1995)

“Definir acidentes como eventos causadores de injúria não-intencional representa uma agressão reducionista a um campo de estudos empírica e teoricamente multifacetado. Suicidologistas nunca aceitariam que a complexidade do suicídio fosse reduzida a uma questão de injúria autodirigida.

Assim, por que os ‘acidentologistas’ deveriam aceitar que os seu campo fosse reduzido a injúria não-intencional?”

Ragnar Andersson. “The role of accident theory in injury prevention – time for the pendulum to swing back” (2012)

Contexto e justificativas

A tese aqui resumida se inspirou e tenta jogar um facho de luz, ainda que pequeno, na contenda intensa e – como se vê nas duas citações acima – persistente em torno da conceituação e terminologia de uma doença seriíssima, muito prevalente e, logo, de interesse de um programa de pós-graduação voltado à educação em saúde.

Agravos à saúde relacionados às chamadas causas externas de morbimortalidade – violências e acidentes – constituem um dos mais graves problemas de saúde pública global. De acordo com o Global Burden of Disease Study 2010, desastres de trânsito, autoagressões, quedas, violência interpessoal, afogamentos e queimaduras são responsáveis coletivamente por cerca de 11% dos anos de vida saudável perdidos anualmente no mundo todo, algo em torno de 280 milhões de anos (MURRAY et al., 2012). Felizmente, a constatação desse fardo social de tamanha magnitude tem se acompanhado do reconhecimento crescente de que há muitas abordagens apoiadas em evidências científicas para a prevenção e manejo de todos os tipos específicos de trauma, que são efetivas na diminuição das mortes e deficiências (NORTON; KOBUSINGYE, 2013). Por outro lado, como se trata de “doença” com múltiplos agentes, mecanismos patogênicos e complexos causais de natureza sociocultural, a aplicação dessas estratégias preventivas depende de definições e categorizações precisas, para as quais a clareza conceitual e terminológica é

fundamental.

Dentre as estratégias preventivas primárias, a educação para a segurança é uma das áreas em que é mais nítida a influência das concepções das pessoas sobre as atitudes e determinantes de vulnerabilidades e resiliências. Especialistas da disciplina do controle de injúrias físicas, no âmbito da língua inglesa, hegemônica, advogam pela proscrição do termo acidente – pelo menos do léxico acadêmico, mas também evitando o seu emprego na promoção da saúde –, em virtude de um potencial efeito negativo nas ações educativas de suas alegadas acepções pré-científicas de impreviabilidade. Essa questão, ainda polêmica entre os pesquisadores de língua inglesa, nunca foi estudada na língua portuguesa. Seu estudo tem grande relevância para a inserção da pesquisa brasileira nas iniciativas em andamento, no âmbito mundial, para a normalização terminológica nesse campo de conhecimento. Observa-se uma tendência crescente na utilização do termo injúria, nos textos acadêmicos originais em português, com definição equivalente à dos textos em inglês, fenômeno que merece um olhar mais atento.

Por outro lado, uma das facetas mais controversas do campo da segurança e saúde é a das implicações das concepções de cunho sociolinguístico do chamado acidente no processo de controle do trauma, principalmente no âmbito da prevenção primária. Desde que o assunto foi incorporado à prática médica, em meados do século passado, instalou-se um processo fervilhante de discussão em torno de como o que era um caso simples de gestão intrafamiliar ou industrial de comportamentos e responsabilidades foi virando uma questão de saúde pública (WALLER, 1994). Muito cedo houve reação dos acadêmicos ao que J. J. Gibson (1961) chamou de maçaroca de conceitos embaralhados (ele se referia às definições do termo acidente), porque atrapalharia as ações preventivas junto à comunidade, e que o foco não deveriam ser os eventos potencialmente traumáticos, mas sim os danos físicos e emocionais, isto é, a injúria (LANGLEY, 1988).

Por bem ou por mal, no âmbito das ciências da saúde, a prevenção de acidentes foi virando controle de injúrias e, a reboque dessa revolução conceitual, acidente e injúria terminologizaram-se, isto é, passaram de vocábulos da linguagem cotidiana a unidades de designação de conceito num campo específico de saber.

Fora do prisma linguístico, segundo muitos autores, a substituição do acidente pelo controle exprimiria a transformação gradativa do modelo familiar de encarar os perigos em uma forma de governo de população, que - paradoxalmente - não reprime, mas exige responsabilidades individuais. Nesse contexto, a instauração das chamadas tecnopolíticas de autoconhecimento e autocontrole produziria a interiorização da noção de proteção no ciclo de vida do indivíduo e além dele (KUH et al., 2003). Logo, uma manobra não apenas da intelligentsia epidemiológica, como querem alguns (GREEN, 1999), mas do conjunto de instituições centrais da pós-modernidade - a indústria e a comunidade científica aliadas ao governo (LUPTON, 1999). Em outras palavras, trata-se da própria governamentalidade em ação, tal qual a descreveu Michel Foucault (2004).

A tese aqui resumida é sobre isso tudo. Mesmo que mal arranhe a superfície de um tão intrincado conjunto de questões, levanta problemas e, assim, ajuda a avançar cada uma das disciplinas a que se dedica. Além disso, meu projeto pessoal, na qualidade de aluno do Projeto de Pós-Graduação em Educação e Saúde, foi explorar alguns aspectos educacionais dessa questão. Trabalhar com estudantes universitários pode ter sido só um primeiro passo de um projeto de trazer para o ensino médico algo da interface entre popular e ciência. As doenças, como se sabe, acometem as pessoas onde elas vivem, fora dos hospitais; logo, a maneira mais lógica de conhecer como isso se dá (e também ensinar os profissionais em formação como fazê-lo) é encarar os problemas com o olhar voltado para fora da janela do hospital, preferentemente abrindo também a porta.

Estudar construções sociais e terminologizações, na medida em que isso possa ter alguma aplicação na promoção da saúde, é um caminho.

Objetivos

Promover a inserção da discussão terminológica no campo das ciências médicas, por meio do olhar crítico sobre o impacto da passagem de falantes do português por cursos de graduação selecionados sobre suas concepções dos vocábulos acidente e injúria, principalmente quanto à associação com noções de causalidade, intencionalidade, previsibilidade e prevenibilidade. Ou, sob uma perspectiva linguística, em que sentidos a formação acadêmica promove uma mudança do universo de discurso da língua cotidiana para a especializada, com a consequente terminologização dos vocábulos acidente e injúria?

Além disso, dois objetivos implícitos do método da pesquisa: testar a exequibilidade de um questionário autoaplicável via internet, como instrumento válido para revelar conhecimentos, atitudes e comportamentos relativos a questões de saúde, e avaliar a utilidade da análise geométrica de dados na interpretação dos dados obtidos na enquete online.

Métodos

A tese baseou-se em um estudo observacional, transversal, com coleta de informações quantitativas por meio de enquete autoadministrada realizada integralmente pela internet. A amostra alvo compreendeu estudantes de primeiro e último ano de medicina, direito, comunicação e educação de todas as escolas da cidade de Porto Alegre.

Desenvolvi um aplicativo original, capaz de recrutar respondentes, enviar convites pessoais por e-mail, armazenar as respostas e exportar os dados. O software e os dados foram hospedados em um site específico do projeto, no servidor do Centro de Processamento de

Dados da UFRGS, com acesso permanente pela internet. Coletei 5322 endereços eletrônicos, a cada um dos quais enviei um convite inicial por e-mail, seguido por quatro lembretes remetidos nos dias 7, 14, 21 e 28 do estudo àqueles que não tivessem ainda enviado o questionário completo.

As variáveis preditoras foram os seguintes atributos dos sujeitos: idade, sexo, estágio do curso, curso, inclinação política, espiritualidade, arrojo, hábito de ler instruções sobre produto de limpeza, fonte de orientação sobre segurança, uso do cinto de segurança, uso de assento infantil de segurança, uso de capacete de ciclista, modo de armazenar arma de fogo, experiência com perda de ente querido por causas externas, experiência de hospitalização por causas externas e conhecimento de causas de morte de crianças e de adolescentes. As variáveis de desfecho foram as seguintes concepções dos sujeitos acerca dos termos acidente, injúria e lesão: tipo de dano; associações de ideias com as três palavras; noções de fatalidade, intencionalidade, previsibilidade e prevenibilidade associadas à palavra acidente; associação de traumatismo cranioencefálico com injúria, acidente ou lesão; grau de prevenibilidade atribuído a cada uma das três palavras e culpabilidade da vítima num caso definido de acidente com criança.

Para investigar a associação entre atributos e concepções submeti os dados à análise de correspondência simples, um tipo de análise geométrica de dados, e ao teste qui-quadrado com análise de resíduos.

Resultados

A taxa de resposta à enquete foi de 34,5%. Metade dos sujeitos responderam até o segundo dia, 66,3% durante a primeira semana. Não houve diferença significativa entre os que responderam cedo ou tarde, quanto a atributos e concepções selecionados, o que é comprova a ausência de viés de não-resposta.

Quanto à religião, 4,2% dos sujeitos se recusaram a revelá-la; 19,2% se recusaram a revelar sua inclinação política, enquanto apenas 2,8% se recusaram a responder questões sobre concepções e atitudes.

Estudantes de medicina se distinguiram dos demais pelas associações com a arreligiosidade, com o conhecimento de que a mortalidade de crianças e jovens se dá principalmente por causas externas e com o hábito de buscar orientação sobre segurança em fontes especializadas.

Os sujeitos revelaram percepção preponderante de que os chamados acidentes são preveníveis e tal percepção não mudou se a palavra usada na pergunta foi injúria ou lesão. A palavra acidente evocou noções de prevenibilidade em 85,1% dos sujeitos, previsibilidade em 50,3%, fatalidade em 15,1%, e intencionalidade em 2,3%. Religiosidade apresentou correspondência com noções de não previsibilidade e fatalidade atribuídas à palavra acidente. Calouros associaram a palavra acidente a noções de não previsibilidade, enquanto formandos foram significativamente distintos em considerar que acidentes podem ser previstos. Os sujeitos associaram injúria com dano moral, de modo quase unânime e, em menor grau, com noções de calúnia e difamação; uma porção limitada associou injúria com dano físico e ferimento. Associaram mais a palavra lesão com dano físico, mas também revelaram concepções igualitárias de dano físico, moral e material. Estudantes de cursos e estágios diferentes variaram significativamente em suas concepções de acidente e injúria.

Estudantes de medicina se colocaram em franca oposição aos de todos os demais cursos no tangente à associação de injúria com danos físicos. Estudantes de direito associaram acidente com noções de negligência, dano moral e difamação. Estudantes de educação associaram acidente com noções de não prevenibilidade e fatalidade. A figura mostra o mapa perceptual com o cruzamento das primeiras duas dimensões da solução apresentada pelo modelo da análise geométrica. O mapa, cuja visualização é muito melhor na tela do computador, se encontra

arquivado em http://bit.ly/danilo_map.

Figura: Mapa perceptual de análise de correspondência entre atributos de estudantes universitários e concepções acerca de acidente, injúria e lesão; n=1450. As elipses com asteriscos marcam as associações principais da primeira dimensão.

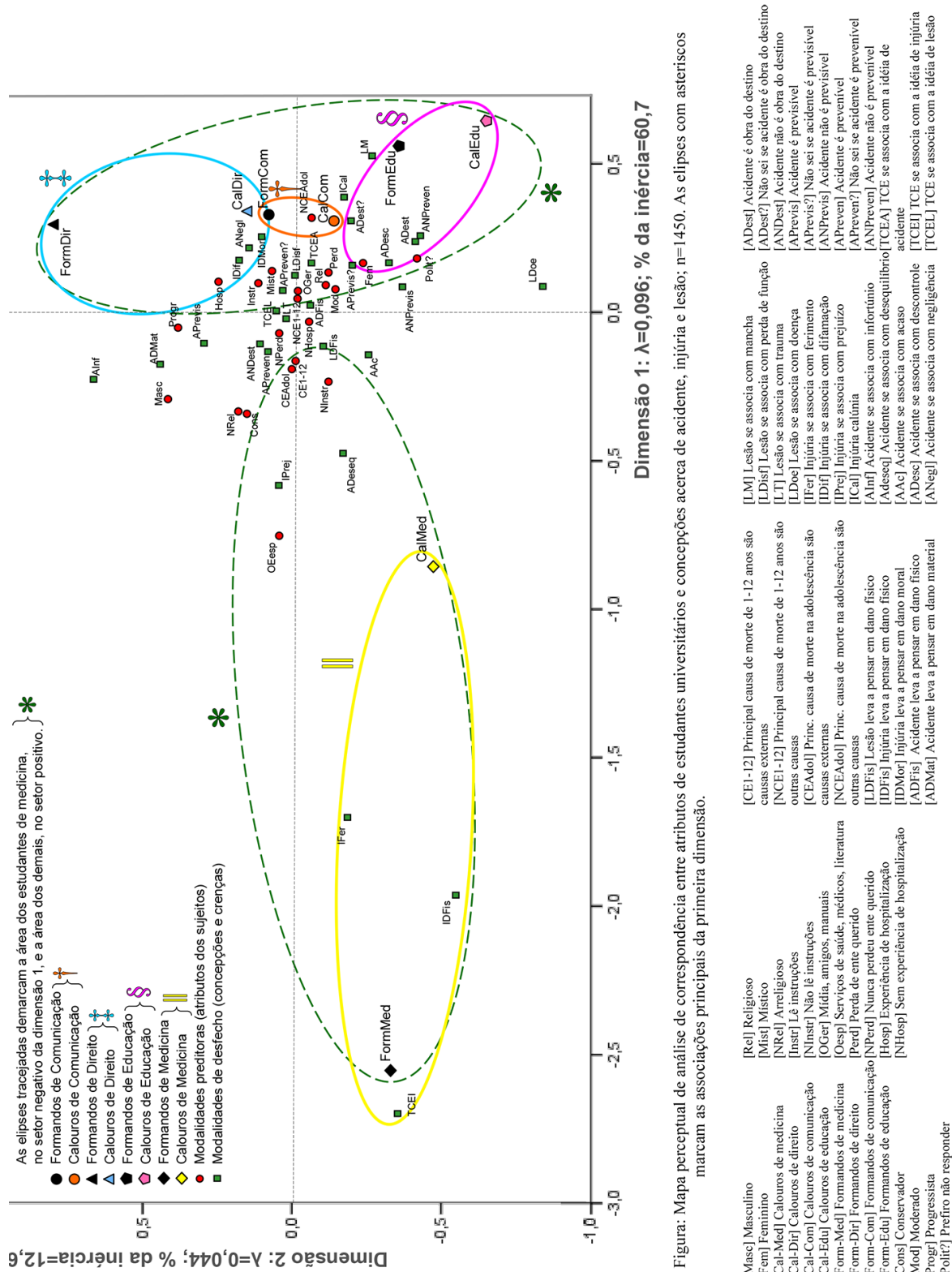


Figura: Mapa perceptual de análise de correspondência entre atributos de estudantes universitários e concepções acerca de acidente, injúria e lesão; n=1450. As elipses com asteriscos marcam as associações principais da primeira dimensão.

Conclusões

A enquete online para investigar concepções de estudantes universitários acerca de injúrias físicas é factível e produz taxas de resposta similares às da literatura. Um período de acompanhamento superior a três semanas não é recomendável; limitar os esforços de recrutamento de respondentes a esse tempo restrito permite uma concentração mais racional de recursos. A enquete online é efetiva na abordagem de questões sensíveis, como atitudes em segurança, inclinação religiosa e política.

A análise geométrica de dados é eficaz em evidenciar correspondências entre um grande número de modalidades de variáveis categóricas e denota de modo apropriado as suas associações estatisticamente significativas. A análise de resíduos ajustados mais ratifica do que enfraquece a análise geométrica.

O currículo médico promove a terminologização da palavra injúria. Por outro lado, uma conclusão acessória é que o currículo universitário, grosso modo, acentua a noção de previsibilidade do acidente - ainda que isso seja especialmente marcado nos alunos de direito e medicina -, a reforçar a ideia de que a educação concorre ao abandono das concepções fatalistas, que tenderiam a ir de encontro às ações preventivas.

Um modelo conceptual da injúria como entidade nosológica tem que respeitar o fato da terminologização da palavra injúria no âmbito médico, assim como conceder que a significação leiga da palavra acidente é um evento antecedente não intencional e prevenível, potencialmente gerador de injúria. No âmbito da linguagem médica, há uma definição de espaços semânticos específicos para os termos lesão (com acepção de dano anatomopatológico sem causação externa) e injúria (com acepção de dano físico, com ou sem lesão).

Além das questões essenciais do estudo, uma conclusão que sobressaiu na discussão é a de que falantes do português - pelo menos na

dimensão da representatividade dos estudantes universitários da amostra - têm percepção preponderante de que os chamados acidentes são preveníveis e tal percepção não muda se a palavra usada na pergunta for injúria ou lesão. Esta é uma conclusão relevante no âmbito da discussão terminológica na área da saúde, propósito da tese, na medida em que há uma corrente crescente de autores que sustentam que o debate acerca das percepções leigas da prevenibilidade dos acidentes transcende a questão terminológica. Noções populares vinculadas à palavra acidente têm mais sutilezas do que sustentam os que propugnam pelo seu banimento do léxico acadêmico.

Referências bibliográficas

ANDERSSON, R. The role of accident theory in injury prevention – time for the pendulum to swing back. **International Journal of Injury Control and Safety Promotion**, v. 19, n. 3, p. 209-212, 2012/09/01 2012. ISSN 1745-7300.

BIJUR, P. What's in a name? Comments on the use of the terms 'accident' and 'injury'. **Injury Prevention**, v. 1, p. 9-11, 1995.

FOUCAULT, M. **La gouvernementalité. Sécurité, territoire, population: Cours au Collège de France (1977-1978)**. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

GIBSON, J. J. The contributions of experimental psychology to the formulations of the problems of Safety. In: Id (Ed.). **Behavioral approaches to accident research**. New York: Association for the Aid of Crippled Children, 1961. p.77-89. apud Guarnieri M. Landmarks in the history of safety. *J Safety Res*. 1992;23:151-8.

GREEN, J. From accidents to risk: public health and preventable injury. **Health, Risk and Society**, v. 1, p. 25-39, 1999.

KUH, D.; BEN-SHLOMO, Y.; LYNCH, J.; HALLQVIST, J.; POWER, C. Life course epidemiology. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. 57, n. 10, p. 778-783, 2003.

LANGLEY, J. D. The need to discontinue the use of the term “accident” when referring to unintentional injury events. **Accident Analysis and Prevention**, v. 20, n. 1, p. 1-8, Feb 1988.

LUPTON, D. Introduction: risk and sociocultural theory. In: LUPTON, D. (Ed.). **Risk and sociocultural theory: new directions and perspectives**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1999. p.1-11.

MURRAY, C. J. L.; VOS, T.; LOZANO, R.; NAGHAVI, M.; FLAXMAN, A. D.; MICHAUD, C., . . . LOPEZ, A. D. Disability-adjusted life years (DALYs) for 291 diseases and injuries in 21 regions, 1990-2010: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2010. **The Lancet**, v. 380, n. 9859, p. 2197-2223, 2012.

NORTON, R.; KOBUSINGYE, O. Injuries. **New England Journal of Medicine**, v. 368, n. 18, p. 1723-1730, 2013.

WALLER, J. A. Reflections on a half century of injury control. **American Journal of Public Health**, v. 84, p. 664-670, 1994.